



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682361 - MG (2021/0232403-4)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : YAGO ABRAO COSTA
ADVOGADO : YAGO ABRAO COSTA - MG166968
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : HELIO COSTA BRANDAO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HELIO COSTA BRANDAO JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.21.113090-1/000).

O paciente, preso temporariamente em 22/12/2020, teve a prisão convertida em preventiva e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 155, § 4º, incisos II e IV, e 288, *caput*, do Código Penal. Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

Sustenta o impetrante a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência de contemporaneidade e na inidoneidade dos fundamentos do decreto preventivo, que não teriam demonstrado concretamente a presença de qualquer dos requisitos insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que, no caso, as medidas cautelares diversas da prisão, insculpidas no art. 319 do Código de Processo Penal, seriam adequadas e suficientes para alcançar os fins almejados com a segregação corporal, notadamente diante do encerramento da instrução criminal.

Argumenta que o delito teria sido praticado, em tese, sem violência e, em improvável condenação, a pena aplicada seria menos gravosa que a medida extrema.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que eventualmente cumulada com outra medida cautelar pessoal diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

No caso, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e a manutenção da prisão cautelar a bem da ordem pública, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 28-):

Em que pesem as alegações do impetrante de que inexistem provas da materialidade e indícios de autoria suficientes para a prisão preventiva do paciente, dada a suposta falta de acesso ao teor dos áudios, observa-se que restou consignada, no acórdão do “habeas corpus” julgado, a presença dos

referidos pressupostos, bem como a necessidade e a adequação da custódia para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, em detrimento de outras medidas cautelares. Veja-se:

Impende consignar que, no caso em tela, a prisão se encontra devidamente embasada em fundamentos que autorizam a aplicação da medida de exceção, sob a devida ótica do caso concreto, demonstrando a necessidade da manutenção da custódia para a garantia da ordem pública. In verbis:

(...) o modus operandi do crime e o motivo apurado até o momento indicam que os representados praticam crimes de forma reiterada, através de organização criminosa voltada para a prática de crimes contra o patrimônio, o que revela a periculosidade concreta dos representados e o risco que representa para a ordem pública. Não sendo suficiente, conat que o representado Clayton esta foragido e pretende de esquivar da atuação policial e que o representado Hélio Júnior ofereceu resistência à atuação policial, do que se conclui que a preventiva também é necessária para aplicação da lei penal e por conveniência da instrução processual penal (...).

Logo, existindo prova da materialidade e indícios suficientes da autoria delitiva e, como exposto, sendo necessária a custódia como garantia a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução processual penal, não há que se falar em concessão de liberdade.

Por fim, ressalte-se que, apesar do caráter excepcional da custódia cautelar, reforçado pela Lei nº 12.403/11, não devem ser aplicadas quaisquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, tendo em vista que nenhuma delas se revela necessária e adequada à condição pessoal do indiciado e ao caso em apreço. É de se concluir, portanto, que a manutenção da prisão do Paciente está devidamente justificada, de forma que não há que se falar em qualquer tipo de constrangimento ilegal. (Destques acrescentados).

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo processante, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência